

# Minuta

## **CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF E A ..... NA FORMA ABAIXO.**

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- CODEVASF, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 8.258, de 29 de maio de 2014, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada por seu Diretor Presidente, XXXXXXXX brasileiro, portadora do RG: XXXXXXXX, e do CPF/MF: XXXXXXXX, residente e domiciliado nesta Capital e por seu Gerente-Executivo XXXXXXXX, brasileiro, (profissão), portador do Documento de Identidade nº XXXXXXXX e inscrito no XXXXXXXX, residente e domiciliado nesta capital, e a empresa XXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por XXXXXXXX, (qualificação), portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX, resolvem assinar o presente Contrato, de acordo com a autorização da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico da Codevasf, expressa na Resolução nº XXX, de XXX de XXX, constante à fl. XXX do Processo nº 59500.001519/2020-79, que, que, na forma do art. 84 do Regulamento de Licitações da Codevasf, será regulado pelas cláusulas e aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado:

### **1. Cláusula Primeira – DO OBJETO**

O presente contrato tem por finalidade a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total e assistência 24(vinte e quatro) horas para frota de veículos de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF na Sede, Superintendências Regionais e Escritórios de Representação, distribuídos em 10 (dez) grupos.

1.1. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações da Codevasf, e o objeto foi licitado na modalidade “Pregão Eletrônico”, tipo Menor Preço Global, segundo as disposições da Lei 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e suas alterações.

### **2. Cláusula Segunda – DOS DOCUMENTOS**

2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital nº ...../2021 e seus Anexos;
- b) Termo de Referência – ANEXO I do Edital e Anexos;
- c) Proposta da CONTRATADA, datada de .....e sua documentação; e
- d) Demais documentos contidos no Processo nº 59500.001519/2020-79.

2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nas subcláusulas anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

### **3. Cláusula Terceira – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência do contrato e da apólice de seguro terá a duração inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste contrato, podendo ser renovado anualmente, após a avaliação da qualidade dos serviços prestados e das taxas praticadas no mercado, até o limite de 60 (sessenta) meses, se as partes assim concordarem.

### **4. Cláusula Quarta – DAS ESPECIFICAÇÕES DO SEGURO**

#### **4.1. Da Apólice**

4.1.1. A emissão deverá resultar em uma única apólice para cada um dos grupos de itens, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

4.1.2. Deverá ser emitida uma apólice para os veículos constantes na planilha anexo II do Termo de Referência, devendo constar no mínimo na apólice referida as seguintes informações:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%, conforme tabela FIPE.
- d) Prêmios discriminados por cobertura.
- e) Limites de indenização por cobertura, como responsabilidade civil facultativa (RCF), Acidente por Passageiro (APP), Franquia Aplicável e demais identificações necessárias.
- f) Prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros: o qual não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

4.1.3. A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.

4.1.4. Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

4.1.5. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

**4.1.6. Os veículos que já estiverem segurados e cobertos por apólice no momento desta licitação deverão ser incluídos na apólice decorrente deste certame licitatório a partir da data do término da cobertura existente.** Devendo ser emitidas apólices com valores

monetários proporcionais até o término do primeiro ano do contrato, conforme relação de todos os veículos constantes do ANEXO II do Termo de Referência.

#### 4.2. Da Avaria

4.2.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

4.2.2. Após procedimento de recuperação, pela CONTRATANTE durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

4.2.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

4.2.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 7 do Termo de Referência, será desconsiderado qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

#### 4.3. Do Aviso de Sinistros

4.3.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

4.3.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

4.3.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

4.3.4. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

#### 4.4. Do Endosso

4.4.1. Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela CODEVASF e processada pela seguradora, mediante endosso, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte da CONTRATANTE, aplicando-se as regras constantes dos subitens 5.1.12 e 5.1.13 do Termo de Referência.

4.4.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto dessa contratação, durante o período de sua vigência.

4.4.3. A emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, será de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela CODEVASF.

4.4.4. Os endossos, devidamente autorizados pela autoridade competente, comprovarão as alterações contratuais durante o período anual de execução, que deverão ser consolidadas a fim de emissão do Termo Aditivo no momento da renovação/prorrogação anual do contrato.

#### 4.5. Da Franquia

4.5.1. A franquia considerada é a obrigatória, observado, o seguinte:

4.5.2. A franquia do seguro será reduzida.

4.5.3. Os valores estimados a título de franquia não poderão ultrapassar os estabelecidos para qualquer dos itens discriminados na planilha da frota no Anexo II do Termo de Referência.

4.5.4. Não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

4.5.5. Os valores das franquias (para-brisas, retrovisores, faróis e lanternas) deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo estabelecido no Anexo III do Termo de Referência.

4.5.6. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 4.6.2 destas especificações.

a) A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

4.5.7. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.

4.5.8. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CODEVASF, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso esta não esteja com sua documentação regular para contratação com a CODEVASF, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

4.5.9. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CODEVASF, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

4.5.10. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

#### 4.6. Dos Salvados

4.6.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

4.6.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

#### 4.7. Dos Sinistros

4.7.1. Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
- b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
- c) Raios e suas conseqüências;
- d) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- e) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;
- f) Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;

g) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

g1) Em casos de que trata a alínea acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

h) Granizo;

i) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

j) Quebra de para-brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos subitens 4.6.5 e 4.6.6 destas especificações;

k) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais);

l) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;

m) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: Chaveiro; Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE; Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; e Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

4.7.2. A vistoria do sinistro será inspecionada pela seguradora através de peritos habilitados, em caso de sinistro, para verificar os danos ou prejuízos sofridos.

4.7.3. A vistoria prévia é facultativa antes da aceitação do risco para verificação das características e estado de conservação dos veículos.

#### 4.8. Da Regulação de Sinistro

4.8.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

4.8.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a CODEVASF poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

4.8.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CODEVASF.

4.8.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

4.8.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CODEVASF, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

4.8.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

4.8.7. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

4.8.8. Fica ajustado e entendido que se o sinistro ocorrer dentro do prazo de convocação para assinatura do contrato, sem que ela se ache efetuada, o direito à indenização não será prejudicado, se o prêmio respectivo for pago no prazo estipulado no Termo de Referência.

#### 4.9. Da Indenização

4.9.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.

4.9.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

4.9.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

#### 4.10. Da Indenização Integral

4.10.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado, conforme CIRCULAR SUSEP 306/2005.

4.10.2. Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

4.10.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

#### 4.11. Do questionário de Avaliação de Risco

4.11.1. Os veículos são conduzidos por empregados ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias - Norma de Transporte Terrestre (N-214).

4.11.2. Na CODEVASF os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

4.11.3. Características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

4.11.4. Diante das informações fornecidas nos subitens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

#### 4.12. Da Inclusão e Substituição

4.12.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

4.12.2. A CODEVASF poderá solicitar inclusão, durante a vigência da apólice, por meio de endosso de inclusão, sem necessidade de emissão de termo aditivos.

4.12.3. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

4.12.4. A devolução deverá ser realizada mediante impressão de Carta de Crédito, devendo a empresa enviá-la à CODEVASF para a devida aprovação dos valores e indicação da melhor forma de sua devolução, que poderá ser o abatimento do valor do prêmio das apólices.

4.12.5. Caberá à CODEVASF, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo

procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

#### 4.13. Da Exclusão

4.13.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

4.13.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela CODEVASF à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

4.13.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

4.13.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão Carta de Crédito e/ou GRU para o respectivo pagamento do valor, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à CODEVASF. Os valores das Cartas de Créditos poderão ser abatidos no momento do pagamento do prêmio das apólices.

#### 4.14. Das Indenizações e Prestações de Serviços

4.14.1. O seguro, com ASSISTÊNCIA 24 HORAS deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e ao transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do automóvel e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

4.14.2. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros e espelhos retrovisores;

4.14.3. Danos causados ao veículo durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

4.14.4. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotagem e abalroamento, ainda que com veículos da própria CODEVASF;

4.14.5. Raio e suas consequências;

4.14.6. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

4.14.7. Queda em precipício ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

4.14.8. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

4.14.9. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

4.14.10. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

4.14.11. Granizo;

4.14.12. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos materiais e pessoais);

4.14.13. Acidente Pessoal (APP – Morte ou Invalidez);

4.14.14. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

4.14.15. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos subitens 4.6.5 e 4.6.6 destas especificações.

4.14.16. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços:

a) Chaveiro;

b) Assistência com socorro mecânico;

c) Guincho dentro e fora das cidades elencadas no item 4 do Termo de Referência, com quilometragem ilimitada;

d) Transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por imobilização do veículo segurado;

e) Transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por roubo ou furto do veículo.

4.16.17. CASCO: Valor para cobertura de, no mínimo, 100% (cem por cento) da tabela FIPE.

4.16.17.1. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br).

4.16.17.2. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site [www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br), com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

4.16.17.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela CODEVASF, independentemente da quilometragem rodada no período.

a) Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

4.16.18. DANOS MATERIAIS: R\$ 100.000 (cem mil reais) por veículo, e R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) por moto.

4.16.19. DANOS CORPORAIS: R\$ 100.000 (cem mil reais) por veículo, e R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) por moto.

4.16.20. CAPITAL SEGURADO POR PASSAGEIRO EM CASO DE MORTE: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

4.16.21. CAPITAL SEGURADO POR PASSAGEIRO EM CASO DE INVALIDEZ: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

4.16.22. Em caso de sinistro ou acidente, a CONTRATADA disponibilizará veículo reserva durante todo o período em que o veículo segurado se encontrar em oficina credenciada para os reparos. O veículo reserva deverá ser de modelo compatível com o veículo segurado.

4.16.22.1. O carro reserva só será exigido nos casos em que o sinistro atingir o valor da franquia.

4.16.22.2. O período de eventual disponibilização do carro reserva não deverá ser inferior a 30 (trinta) dias.

4.16.22.3. Para os veículos do tipo caminhão, furgão, motocicleta e van/micro-ônibus, a CODEVASF poderá dispensar o veículo reserva, desde que a CONTRATADA demonstre sua indisponibilidade de reposição no mercado.

4.16.23. A CONTRATADA deverá manter um disque 0800 para comunicação com a CONTRATANTE.

4.16.24. A CONTRATADA poderá utilizar-se de sistema de rastreamento e outras tecnologias eletrônicas e/ou de satélite, a serem instalados nos veículos, a fim de garantir a segurança dos mesmos e a sua rápida localização, sem ônus para a contratante.

#### 4.17. Da cobertura

4.17.1. O seguro deverá ter garantia, no mínimo, para as seguintes coberturas: Colisão (avaria); Capotagem; Granizo; Submersão Total ou Parcial; Incêndio; Roubo; Furto; Responsabilidade Civil Facultativa – RCF; Acidentes Pessoais de Passageiros – APP; Assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica e chaveiro), e Utilização de Táxi Pago pela Seguradora; e Cobertura de Vidros e Retrovisores.

4.17.2. Os valores a serem segurados deverão obedecer aos correspondentes à relação a seguir discriminada:

<b>Valor Segurado de cada veículo</b>	<b>Danos Materiais a Terceiros (máximo)</b>	<b>Danos Pessoais a Terceiros (máximo)</b>	<b>Acidentes Pessoais aos Passageiros (em caso de morte ou invalidez)</b>
Valor de Mercado (constante na tabela FIPE)	R\$100.000,00 (veículos) R\$ 50.000,0 (moto)	R\$ 100.000,00 (veículos) R\$ 50.000,00 (moto)	R\$ 25.000,00

#### 4.18. Do Preposto

4.18.1. A CONTRATADA deverá instalar e manter sede, filial ou escritório com preposto legalmente constituído para responder pela empresa e com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes ao objeto a ser contratado.

4.18.1.1. A CONTRATADA se obriga, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, a comunicar formalmente à CODEVASF o endereço, telefone, e-mail e dados do preposto e da sede, filial ou escritório.

4.18.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente junto à CODEVASF Sede, suas Superintendências Regionais e Escritórios de Representação, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

### 5. Cláusula Quinta – DO VALOR

5.1. O valor global máximo estimado para a contratação do Objeto é de R\$ xxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx). Os preços ajustados já levam em conta todos os custos diretos e indiretos, inclusive, encargos, impostos, taxas, licenças, e outras despesas que incidam ou venham a incidir na execução do objeto deste contrato.

5.2. O preço será o apresentado na proposta adjudicada, incluindo todas as despesas necessárias à execução dos serviços, observadas as exigências do Termo de Referência e seus Anexos.

5.3. Nos preços unitários propostos deverão estar incluídos todos os custos, transporte, seguro, leis sociais, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, e IPI) e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Edital No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

5.4. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

5.5. A infringência do disposto no item anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

## **6. Cláusula Sexta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. Os recursos orçamentários para cobertura da despesa correrão à conta do Programa de Trabalho 04.122.2111.2000.0001 - Administração da Unidade - NA, Categoria Econômica 3 - sob a gestão da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico da Codevasf.

## **7. Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento dos serviços objeto deste contrato será feito da seguinte forma:

7.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar Recibo de Pagamento, para fins de liquidação e pagamento, junto com a entrega definitiva da apólice e os devidos abatimentos, caso tenham Carta de Crédito emitidas, com preenchimento por parte de pessoa habilitada para tal.

7.1.2 A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à execução dos serviços caberá ao fiscal do contrato ou a outro funcionário designado para esse fim.

7.1.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura e dos documentos comprobatórios da condição de habilitação no momento da contratação ao protocolo da Sede da CODEVASF Sede, suas Superintendências Regionais e Escritórios de Representação, considerando os serviços contratados pela CODEVASF/Recibo de Pagamento no período.

7.1.3.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à CODEVASF, juntamente com a nota fiscal/fatura, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, da documentação a seguir relacionada referente ao serviço prestado:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Federal;

e) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.1.3.2. Os documentos relacionados nas alíneas de “a” a “e” poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

7.1.3.3. Constatando-se alguma incorreção nesses documentos ou qualquer outra circunstância que desaconselhe seu pagamento, o prazo será contado a partir da respectiva regularização.

7.1.3.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e documentação discriminada no subitem 7.1.3.1, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.2. A não apresentação da documentação de que trata o subitem 9.1.3.1. no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato.

7.3. À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que os serviços foram executados em conformidade com as especificações contratadas.

7.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 0,5% a. m. (meio por cento ao mês), ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.4.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

7.5. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

7.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 - conforme – Art. 17 do Decreto nº 7.892 de 23.01.13.

## **8. Cláusula Oitava – DOS FORNECIMENTOS EXTRA CONTRATUAIS**

8.1. Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016, os fornecimentos eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.

8.2. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente, as referentes aos fornecimentos extras motivados pela CODEVASF. Os fornecimentos extras contratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela CODEVASF ou por preposto por ela

## **9. Cláusula Nona - DA GARANTIA/CAUÇÃO**

9.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

9.1.1. A garantia a que se refere o subitem 9.1 acima deverá ser entregue na da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico da Codevasf, até a data da assinatura do contrato.

9.2. A caução na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato.

9.3. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia/Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

9.4. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.

9.5. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

9.6. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

9.7. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.

9.8. A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90(noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.

9.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

## **10. Cláusula Décima - DA MULTA**

10.1. O atraso injustificado no pagamento de indenizações sujeitará a Seguradora contratada a multa de mora calculada por dia de atraso e cumulativamente, sobre o valor da obrigação não cumprida, incluída a atualização contratual, na seguinte proporção:

- a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia;
- b) atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,8% (oito décimos por cento) ao dia.

10.1.1. A reincidência nas faltas acima contempladas ensejará a aplicação de multa em dobro.

10.2. **MULTA POR INEXECUÇÃO:** A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará a Seguradora contratada às seguintes penalidades, a serem aplicadas cumulativamente:

- a) multa de 30% (trinta por cento) calculada sobre o total ou parte da obrigação não cumprida;
- b) multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação efetuada para a realização ou complementação da obrigação não cumprida.

10.3. **PAGAMENTO DAS MULTAS:** Da aplicação da multa a Seguradora contratada será notificada, por escrito. A multa será descontada dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato ou cobrada judicialmente, sendo, em qualquer caso, o seu valor atualizado de acordo com índice oficial de correção monetária, a ser aplicado a partir da data na qual se verificou o inadimplemento.

10.4. Caso haja fundamento, os atrasos aqui estabelecidos poderão ser reconsiderados pela autoridade competente, desde que a Seguradora contratada justifique e comprove, por escrito e com antecedência, a falta e as razões do não cumprimento das obrigações assumidas.

10.5. A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data de cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.

10.6. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva, que poderá relevar ou não a multa.

10.7. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

10.8. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **11. Cláusula Décima Primeira – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. A fiscalização dos serviços será feita diretamente pela CODEVASF através de servidor formalmente designado, a quem compete verificar se a Seguradora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

11.1.1. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Seguradora, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com a Apólice, obrigando-se desde já a Contratada a

assegurar e a facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

11.2. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos da Apólice, dando conhecimento do fato à Área de Administração, responsável pela execução do contrato.

11.3. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

11.4. Das decisões da Fiscalização, poderá a Seguradora recorrer à **Área de Administração e Suporte Logístico**, responsável pelo acompanhamento da Apólice, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

11.5. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Seguradora da integral responsabilidade pela execução do objeto da Apólice.

## **12. Cláusula Décima Segunda – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das cominações legais, o licitante que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de seu objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato; ou
- h) Não cumprir quaisquer das obrigações da contratada.

12.2. Reputar-se-ão inidôneos atos como:

12.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

12.4. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade;

- 12.5. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 12.6. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
- 12.7. Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- 12.8. Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo.
- 12.9. Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas na legislação vigente.
- 12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data de intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade.
- 12.12. Será aplicável sobre o valor total da contratação, cumulativamente ou não com outras sanções, multa na forma do item 24 desse edital, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 12.13. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) DIAS ÚTEIS.

### **13. Cláusula Décima Terceira - DAS OBRIGAÇÕES**

#### **13.1. DA CONTRATADA:**

- a) Comunicar de forma documentada e assinada, qualquer alteração contratual, a qual dependerá da concordância da CONTRATANTE.
- b) Comunicar de forma documentada e assinada qualquer fato superveniente na prestação do serviço contratado.
- c) Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista.
- d) Acatar as orientações do Gestor/Fiscal do contrato ou de seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- e) Prestar esclarecimento à CODEVASF sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.
- f) Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.
- g) Refazer os serviços que, a juízo da Fiscalização, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

- h) Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços quando necessárias.
- i) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- j) Executar os serviços contratados e solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego adequado.
- k) Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações desse contrato e melhores práticas aplicadas, além da rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, desde que aprovado pela CONTRATANTE.
- l) Atender com prioridade as solicitações da CONTRATANTE, garantindo a execução dos serviços com qualidade, presteza e agilidade.
- m) Não aplicar materiais/serviços não especificados sem prévia autorização do fiscal do contrato.
- n) Responsabilizar-se por serviços executados pelas oficinas por ela credenciadas.
- o) Facilitar à CODEVASF a fiscalização dos serviços prestados.
- p) Responsabilizar-se única, integral e diretamente pelos serviços contratados e obrigações assumidas, nos termos deste instrumento e da legislação vigente, inclusive a liquidação de sinistros e pagamentos de indenizações, mesmo que o seguro tenha sido distribuído por meio de resseguro/cosseguro.
- q) Cumprir e fazer cumprir os dispostos nos normativos da SUSEP e Legislação Nacional.
- r) Fornecer manual ou documento equivalente, em português, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os bens objeto deste contrato.
- s) Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as taxas e impostos relativos a essa contratação, inclusive o Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF, uma vez que a CODEVASF não é isenta de tributos.

#### 13.2. DA CONTRATANTE:

- a) Dar conhecimento imediato à seguradora sobre a ocorrência de fato do qual possa advir responsabilidade civil;
- b) Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços;
- c) Notificar, formal e tempestivamente, à contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

### 14. Cláusula Décima Quarta – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela CODEVASF e processada pela seguradora, mediante endosso.

14.2. A Apólice poderá ser rescindida de pleno direito pela CODEVASF, de acordo com a legislação em vigor, ou nos seguintes termos:

- a) Se for transferida a outrem, no todo ou em parte, sem a prévia autorização, por escrito, da CODEVASF;
- b) Se a contratada deixar de cumprir quaisquer das condições estabelecidas no contrato;
- c) Se a contratada requerer ou tiver requerida a sua falência;
- d) A Apólice oriunda desta Licitação poderá ser rescindida por inobservância pela contratante, de quaisquer das condições expressas neste Edital e na Apólice a ser firmada.

14.3. A vigência da apólice de seguro é de 12 (doze) meses a contar das 00 (zero) horas do dia seguinte ao de sua emissão.

14.4. A apólice de seguro adotada pela licitante deverá conter, impreterivelmente, a descrição do item a seguir:

**14.5. A CONTRATADA fica obrigada a expedir e efetuar a entrega da Apólice de Seguro no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.**

**14.6. A CONTRATADA que não expedir a apólice dentro do prazo estipulado neste item terá sua adjudicação cancelada.**

14.7. O representante da CODEVASF anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, objeto deste CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.

14.8. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante do Codevasf deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

14.9. A licitante vencedora deverá arcar e assumir todos e quaisquer sinistros resultantes das coberturas da apólice, com data de evento ocorrido a partir do primeiro dia de vigência da apólice, independentemente do prazo de manifestação das causas dos sinistros.

## **15. Cláusula Décima Quinta – DA RESCISÃO**

15.1. Constituem motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:

- i. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- ii. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- iii. a lentidão no seu cumprimento, levando a Codevasf a presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, a não conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- iv. o atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;
- v. a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Codevasf;

- vi. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato e autorizada pela Codevasf, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- vii. o não atendimento das determinações regulares do preposto da Codevasf designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- viii. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- ix. a decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
- x. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- xi. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a Codevasf presumir prejuízo à execução da obra ou serviço;
- xii. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- xiii. a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 81 desta Lei 13.303/2016;
- xiv. - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- xv. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- xvi. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- xvii. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- xviii. descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **16. Cláusula Décima Sexta – DA PUBLICAÇÃO**

16.1. A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

### 17. Cláusula Décima Sétima - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para dirimir questões oriundas do renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Brasília, DF,

Presidente

Gerente Executivo

Companhia de Desenvolvimentos dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome  
CPF nº

\_\_\_\_\_  
Nome  
CPF nº

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### ***TIPO: Menor Preço por grupo***

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total e assistência 24 (vinte e quatro) horas para frota de veículos de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF na Sede, Superintendências Regionais e Escritórios de Representação, distribuídos em 10 (dez) grupos.

**Agosto 2020**

## Índice

- 1- OBJETO DA CONTRATAÇÃO
- 2- TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES
- 3- CRITÉRIO DE JULGAMENTO
- 4- LOCALIZAÇÃO E ACESSO ÀS UNIDADES DA CODEVASF
- 5- DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS
- 6- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 7- DA VISTORIA
- 8- PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
- 9- DO PAGAMENTO
- 10- DA RESCISÃO
- 11- CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
- 12- DAS COMPETÊNCIAS
- 13- VALOR ESTIMADO DO CONTRATO
- 14- FISCALIZAÇÃO
- 15- RECEBIMENTO DO OBJETO
- 16- DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO
- 17- FONTE DE RECURSO
- 18- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 19- ANEXOS

**1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total e assistência 24 (vinte e quatro) horas para frota de veículos de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF na Sede, Superintendências Regionais e Escritórios de Representação, distribuídos em 10 (dez) grupos, conforme descrito a seguir:

Grupos	Descrição	Valor Global estimado para o Grupo (R\$)
1	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF Sede e Escritórios de Representações</b> (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0001-26	<b>R\$ 22.263,09</b>
2	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 1ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0002-07	<b>R\$ 81.540,84</b>
3	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 2ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0014-40	<b>R\$ 72.864,93</b>
4	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 3ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0004-79	<b>R\$ 61.960,50</b>
5	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 4ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0005-50	<b>R\$ 67.509,16</b>
6	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 5ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0015-21	<b>R\$ 62.220,62</b>
7	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 6ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0028-46	<b>R\$ 37.709,02</b>
8	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 7ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0025-01	<b>R\$ 23.754,38</b>
9	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 8ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0029-29	<b>R\$ 19.575,80</b>
10	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 3ª Superintendência Regional-PISF</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0037-37	<b>R\$ 12.413,74</b>
Valor Total Estimado de todos os Grupos		R\$ 461.812,08 (quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e doze reais e oito centavos).

- 1.2 A contratação deverá obedecer aos detalhamentos técnicos e operacionais, especificações e condições constantes deste Termo de Referência.
- 1.3 A modalidade licitatória será Pregão Eletrônico. O critério de escolha será o de *menor preço por grupo de itens, e gerará 1 (um) instrumento contratual para cada grupo de itens licitados, descritos no Anexo II.*

**2 - TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES**

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**PROPOSTA FINANCEIRA** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

**SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

### 3 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Para o julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO por grupo de itens** nos valores estimados conforme quadro do subitem 13.4, observadas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### 4 - LOCALIZAÇÃO E ACESSO ÀS UNIDADES GESTORAS DA CODEVASF

Os veículos da CODEVASF encontram-se nas seguintes localidades:

- a) Sede da CODEVASF – SGAN 601 Conjunto I Edifício Sede, Bairro Asa Norte. CEP.: 70830-019
- b) 1ª Superintendência Regional - Av. Geraldo Athayde, 483, B. Alto São João, Montes Claros – MG, CEP: 39400-292 - SEDE
- c) 1ª/CIT - Av. Geraldo Rodrigues dos Santos, S/N – Satélite, Três Marias – MG, Caixa Postal 11, CEP: 39205-000
- d) 1ª/EMN - R. José Rodrigues Júnior, 437, Centro, Morada Nova de Minas – MG, CEP: 35.628-000
- e) 1ª/CIG - Lotes 71/1 e 72/2, Zona Rural de Nova Porteirinha - MG, Caixa Postal 20, CEP: 39252-000
- f) 1ª/PJA - R. Quinze, nº 05, Distrito de Mocambinho, Jaíba - MG CEP: 39508-000
- g) 2ª Superintendência Regional – Av. Manoel Novaes, s/n, Centro, Bom Jesus da Lapa-BA.-SEDE
- h) 2ª/EGU – Avenida Deolinda Martins, s/n, Centro, Guanambi-BA.
- i) 2ª/EIR – Rua São Francisco, s/n, Centro, Irecê-Ba.
- j) 2ª/EBA – Rua Professor José Seabra, nº 420, Centro, Barreiras-BA.
- k) 2ª/ESV – Colônia do Formoso, Coribe-BA.
- l) 2ª/CIC – Povoado de Ceraíma, Zona Rural de Guanambi-BA.
- m) 2ª/CIX – Povoado de Nova Iguira, Zona Rural de Xique-xique-BA.
- n) 3ª SR - Rua Presidente Dutra, Nº 160, **CEP:** 56.300-000, Petrolina - PE
- o) 4ªSR - Av. Beira Mar, Nº 2150, Bairro Jardim **CEP:** 49.00-000, Aracajú – SE
- p) 5ª SR - Rua Castro Alves, S/Nº - Bairro Santa Luzia, **CEP:** 57.200-000, Penedo - AL
- q) 6ª SR - Av. Comissão do Vale do São Francisco, S/Nº - Bairro Piranga, **CEP:** 48.900-000, Juazeiro - BA
- r) 7ª SR - Rua Taumaturgo de Azevedo, Nº 2315 Bloco 2 - Sala 201 – Centro, **CEP:** 64.001-340, Teresina - PI
- s) 8ª SR - Av. Alexandre de Moura, Nº 25 – Centro, **CEP:** 65.025-470, São Luís - MA.
- t) 3ª SR-PISF - Av. Pantaleão Rodrigues de Carvalho, 245, N. Sra. Graças, Salgueiro-PE, CEP 56000-000.

A prestação dos serviços poderá englobar locais, quantitativos e veículos não relacionados neste Termo de Referência, buscando atender a eventuais necessidades de quaisquer outros veículos que fazem ou vierem a fazer parte da frota da CODEVASF, bem como a exclusão de veículos no decorrer do contrato.

## **5 - DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS**

### **5.1 Da especificação dos serviços**

#### **5.1.1 Da Apólice**

5.1.1.1 A emissão deverá resultar em uma única apólice para cada um dos grupos de itens, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

5.1.1.2 Deverá ser emitida uma apólice para os veículos constantes na planilha anexa,

devendo constar no mínimo na apólice referida as seguintes informações:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%, conforme tabela FIPE.
- d) Prêmios discriminados por cobertura.
- e) Limites de indenização por cobertura, como responsabilidade civil facultativa (RCF), Acidente por Passageiro (APP), Franquia Aplicável e demais identificações necessárias.
- f) Prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros: o qual não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

5.1.1.3 A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.

5.1.1.4 Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

5.1.1.5 O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

5.1.1.6 **Os veículos que já estiverem segurados e cobertos por apólice no momento desta licitação deverão ser incluídos na apólice decorrente deste certame licitatório a partir da data do término da cobertura existente.** Devendo ser emitidas apólices com valores monetários proporcionais até o término do primeiro ano do contrato, conforme relação de todos os veículos constantes do ANEXO II.

## 5.1.2 Da Avaria

5.1.2.1 Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

5.1.2.2 Após procedimento de recuperação, pela CONTRATANTE durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

5.1.2.3 Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

5.1.2.4 Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 7 deste Termo de Referência, será desconsiderado qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

## 5.1.3 Do Aviso de Sinistros

5.1.3.1 A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

5.1.3.2 A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

5.1.3.3 Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

5.1.3.4 Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

## 5.1.4 Do Endosso

- 5.1.4.1 Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela CODEVASF e processada pela seguradora, mediante endosso, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte da CONTRATANTE, aplicando-se as regras constantes dos subitens **5.1.12 e 5.1.13** deste Termo de Referência.
- 5.1.4.2 Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto dessa contratação, durante o período de sua vigência.
- 5.1.4.3 A emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, será de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela CODEVASF.
- 5.1.4.4 Os endossos, devidamente autorizados pela autoridade competente, comprovarão as alterações contratuais durante o período anual de execução, que deverão ser consolidadas a fim de emissão do Termo Aditivo no momento da renovação/prorrogação anual do contrato.

### 5.1.5 Da Franquia

A franquia considerada é a obrigatória, observado, o seguinte:

- 5.1.5.1 A franquia do seguro será **reduzida**.
- 5.1.5.2 Os valores estimados a título de franquia não poderão ultrapassar os estabelecidos para qualquer dos itens discriminados na planilha da frota no Anexo II.
- 5.1.5.3 Não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- 5.1.5.4 Os valores das franquias (para-brisas, retrovisores, faróis e lanternas) deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo estabelecido no Anexo III.
- 5.1.5.5 Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de **R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais)**, não sendo cumulativas com a franquia de que trata o **item 5.1.5.1** destas especificações.
  - a) A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.
- 5.1.5.5.1 Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.
- 5.1.5.5.2 Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CODEVASF, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso esta não esteja com sua documentação regular para contratação com a CODEVASF, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- 5.1.5.5.3 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela CODEVASF, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- 5.1.5.5.4 Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

### 5.1.6 Dos Salvados

5.1.6.1 Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

5.1.6.2 É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

### 5.1.7 Dos Sinistros

5.1.7.1 Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
- b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
- c) Raios e suas consequências;
- d) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- e) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;
- f) Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- g) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- g1) Em casos de que trata a alínea acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
- h) Granizo;
- i) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- j) Quebra de para-brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos **subitens 5.1.5.4 e 5.1.5.5** destas especificações.
- k) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais);
- l) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- m) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: Chaveiro; Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE; Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; e Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

5.1.7.2 A vistoria do sinistro será inspecionada pela seguradora através de peritos habilitados, em caso de sinistro, para verificar os danos ou prejuízos sofridos.

5.1.7.3 A vistoria prévia é facultativa antes da aceitação do risco para verificação das características e estado de conservação dos veículos.

### 5.1.8 Da Regulação de Sinistro

- 5.1.8.1 Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 5.1.8.2 Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a CODEVASF poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- 5.1.8.3 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CODEVASF.
- 5.1.8.4 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 5.1.8.5 Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CODEVASF, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- 5.1.8.6 O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.
- 5.1.8.7 Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.
- 5.1.8.8 Fica ajustado e entendido que se o sinistro ocorrer dentro do prazo de convocação para assinatura do contrato, sem que ela se ache efetuada, o direito à indenização não será prejudicado, se o prêmio respectivo for pago no prazo estipulado nesse Termo de Referência.

#### **5.1.9 Da Indenização**

- 5.1.9.1 Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.
- 5.1.9.2 Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.1.9.3 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

#### **5.1.10 Da Indenização Integral**

- 5.1.10.1 Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado, conforme CIRCULAR SUSEP 306/2005.
- 5.1.10.2 Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 5.1.10.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

#### **5.1.11 Do Questionário de Avaliação de Risco**

- 5.1.11.1 Os veículos são conduzidos por empregados ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias - Norma de Transporte Terrestre (N-214).
- 5.1.11.2 Na CODEVASF os veículos permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

- 5.1.12.3 Características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.
- 5.1.12.4 Diante das informações fornecidas nos subitens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

#### **5.1.12 Da Inclusão e Substituição**

- 5.1.12.1 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.
- 5.1.12.2 A CODEVASF poderá solicitar inclusão, durante a vigência da apólice, por meio de endosso de inclusão, sem necessidade de emissão de termo aditivos.
- 5.1.12.3 Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- 5.1.12.4 A devolução deverá ser realizada mediante impressão de **Carta de Crédito**, devendo a empresa enviá-la à CODEVASF para a devida aprovação dos valores e indicação da melhor forma de sua devolução, que poderá ser o abatimento do valor do prêmio das apólices.
- 5.1.12.5 Caberá à CODEVASF, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

#### **5.1.13 Da Exclusão**

- 5.1.13.1 Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:  
$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

X = Valor anual do prêmio por veículo;  
12 = Número de meses;  
Y = Valor mensal do prêmio por veículo;  
Z = Número de meses restantes para o término da apólice;  
VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.
- 5.1.13.2 O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela CODEVASF à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.
- 5.1.13.3 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.
- 5.1.13.4 A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão Carta de Crédito e/ou GRU para o respectivo pagamento do valor, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, à CODEVASF. Os valores das Cartas de Créditos poderão ser abatidos no momento do pagamento do prêmio das apólices.

#### **5.1.14 Das Indenizações e Prestações de Serviços**

- 5.1.14.1 O seguro, com ASSISTÊNCIA 24 HORAS deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao

salvamento e ao transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do automóvel e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

- 5.1.14.1 Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros e espelhos retrovisores;
- 5.1.14.2 Danos causados ao veículo durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- 5.1.14.3 Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotagem e abalroamento, ainda que com veículos da própria CODEVASF;
- 5.1.14.4 Raio e suas consequências;
- 5.1.14.5 Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- 5.1.14.6 Queda em precipício ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- 5.1.14.7 Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- 5.1.14.8 Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- 5.1.14.9 Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
- 5.1.14.10 Granizo;
- 5.1.14.11 Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos materiais e pessoais);
- 5.1.14.12 Acidente Pessoal (APP – Morte ou Invalidez);
- 5.1.14.13 Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- 5.1.14.14 Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos **subitens 5.1.5.4 e 5.1.5.5** destas especificações.
- 5.1.14.15 Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços:
  - a) Chaveiro;
  - b) Assistência com socorro mecânico;
  - c) Guincho dentro e fora das cidades elencadas no item 4 deste Termo de Referência, com quilometragem ilimitada;
  - d) Transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por imobilização do veículo segurado;
  - e) Transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por roubo ou furto do veículo.

5.1.14.2 CASCO: Valor para cobertura de, no mínimo, 100% (cem por cento) da tabela FIPE.

- 5.1.14.2.1 Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br).
- 5.1.14.2.2 Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site [www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br), com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.
- 5.1.14.2.3 Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela CODEVASF, independentemente da quilometragem rodada no período.
  - a) Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

- 5.1.14.3 **DANOS MATERIAIS:** R\$ 100.000 (cem mil reais) por veículo, e R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) por moto.
- 5.1.14.4 **DANOS CORPORAIS:** R\$ 100.000 (cem mil reais) por veículo, e R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) por moto.
- 5.1.14.5 **CAPITAL SEGURADO POR PASSAGEIRO EM CASO DE MORTE:** R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 5.1.14.6 **CAPITAL SEGURADO POR PASSAGEIRO EM CASO DE INVALIDEZ:** R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 5.1.14.7 Em caso de sinistro ou acidente, a CONTRATADA disponibilizará veículo reserva durante todo o período em que o veículo segurado se encontrar em oficina credenciada para os reparos. O veículo reserva deverá ser de modelo compatível com o veículo segurado.
- 5.1.14.7.1 O carro reserva só será exigido nos casos em que o sinistro atingir o valor da franquia.
- 5.1.14.7.2 O período de eventual disponibilização do carro reserva não deverá ser inferior a 30 (trinta) dias.
- 5.1.14.7.3 Para os veículos do tipo caminhão, furgão, motocicleta e van/micro-ônibus, a CODEVASF poderá dispensar o veículo reserva, desde que a CONTRATADA demonstre sua indisponibilidade de reposição no mercado.
- 5.1.14.8 A CONTRATADA deverá manter um disque 0800 para comunicação com a CONTRATANTE.
- 5.1.14.9 A CONTRATADA poderá utilizar-se de sistema de rastreamento e outras tecnologias eletrônicas e/ou de satélite, a serem instalados nos veículos, a fim de garantir a segurança dos mesmos e a sua rápida localização, sem ônus para a contratante.

### 5.1.5 Da cobertura

5.1.5.1 O seguro deverá ter garantia, no mínimo, para as seguintes coberturas: Colisão (avaria); Capotagem; Granizo; Submersão Total ou Parcial; Incêndio; Roubo; Furto; Responsabilidade Civil Facultativa – RCF; Acidentes Pessoais de Passageiros – APP; Assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica e chaveiro), e Utilização de Táxi Pago pela Seguradora; e Cobertura de Vidros e Retrovisores.

5.1.5.2 Os valores a serem segurados deverão obedecer aos correspondentes à relação a seguir discriminada:

Valor Segurado de cada veículo	Danos Materiais a Terceiros (máximo)	Danos Pessoais a Terceiros (máximo)	Acidentes Pessoais aos Passageiros (em caso de morte ou invalidez)
Valor de Mercado (constante na tabela FIPE)	R\$100.000,00(veículos) R\$ 50.000,0 (moto)	R\$ 100.000,00 (veículos) R\$ 50.000,00 (moto)	R\$ 25.000,00

### 5.2 Do Preposto

5.2.1 A CONTRATADA deverá instalar e manter sede, filial ou escritório com preposto legalmente constituído para responder pela empresa e com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes ao objeto a ser contratado.

5.2.1.1 A CONTRATADA se obriga, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, a comunicar formalmente à CODEVASF o endereço, telefone, e-mail e dados do preposto e da sede, filial ou escritório.

5.2.2 A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente junto à CODEVASF Sede, suas Superintendências Regionais e Escritórios de Representação, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

## 6 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio;

6.2. Não será permitida a subcontratação para a execução do objeto deste contrato, exceto nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## 7 - A VISTORIA

7.1 Não se exigirá que o licitante realize vistoria da frota. Entretanto, futura manifestação quanto às dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

7.2 Caso a licitante deseje fazer a vistoria, esta deverá ter agendada a data e horário com o setor responsável (AA/GSA/USA), pelo telefone (61) 2028-4484, informando o grupo de veículos e a localidade que deseja fazer a vistoria.

## 8 - PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

8.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado anualmente até o máximo de 5 anos, na forma da lei 13.303 de 2016.

8.2 A apólice terá sua vigência a partir de zero hora do dia da data da assinatura do contrato.

8.3 Os veículos que já possuírem contrato e cobertura em vigência no momento da assinatura de cada contrato por grupo de veículos deverão mantê-las vigentes, sendo que somente após o término dessa, serão emitidas novas apólices.

8.3 Após a homologação do resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato do seu respectivo grupo de veículos homologado, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assiná-lo, contados a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, Edital e Legislação.

8.3.1 O prazo para retirada do instrumento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEVASF.

8.4 Quando a licitante convocada não assinar o instrumento no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocada outra licitante para sua assinatura, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

## 9 - DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento dos serviços objeto deste Termo de Referência será feito da seguinte forma:

9.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar **Recibo de Pagamento**, para fins de liquidação e pagamento, junto com a entrega definitiva da apólice e os devidos abatimentos, caso tenham **Carta de Crédito emitidas**, com preenchimento por parte de pessoa habilitada para tal.

9.1.2 A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à execução dos serviços caberá ao fiscal do contrato ou a outro funcionário designado para esse fim.

9.1.3 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura e dos documentos comprobatórios da condição de habilitação no momento da contratação ao protocolo da Sede da CODEVASF Sede, suas Superintendências Regionais e Escritórios de Representação, considerando os serviços contratados pela CODEVASF/Recibo de Pagamento no período.

- 9.1.3.1 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à CODEVASF, juntamente com a nota fiscal/fatura, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, da documentação a seguir relacionada referente ao serviço prestado:
- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
  - b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
  - c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - d) Certidão Negativa de Débito da Fazenda Federal;
  - e) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e
  - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 9.1.3.2 Os documentos relacionados nas alíneas de “a” a “e” poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.
- 9.1.3.3 Constatando-se alguma incorreção nesses documentos ou qualquer outra circunstância que desaconselhe seu pagamento, o prazo será contado a partir da respectiva regularização.
- 9.1.3.4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e documentação discriminada no **subitem 9.1.3.1.**, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- 9.2 A não apresentação da documentação de que trata o **subitem 9.1.3.1.** no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato.
- 9.3 À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que os serviços foram executados em conformidade com as especificações contratadas.
- 9.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 0,5% a. m. (meio por cento ao mês), ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 9.4.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
- 9.5 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

## 10. DA RESCISÃO

- 10.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da SEGURADORA, a Codevasf poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da apólice até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 10.2 No procedimento que visa à rescisão da apólice, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a SEGURADORA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Codevasf adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

## 11. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

### 11.1 EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

11.1.1 Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, comprovando que a empresa está autorizada a operar no mercado de seguros.

11.1.2 Certidão de Administradores que informa quais os diretores homologados pela SUSEP.

## 12. DAS COMPETÊNCIAS

### 12.1 DA CODEVASF

Além das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, deve:

- a) Permitir acesso do preposto da CONTRATADA às suas dependências para tratar de assuntos relacionados à execução contratual.
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seus prepostos.
- c) Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- d) Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por funcionários designados.
- e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.
- f) Efetuar a inspeção dos serviços com a finalidade de verificar a adequação do mesmo em relação ao contratado.
- g) Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o contrato a ser celebrado.
- h) Disponibilizar esclarecimentos e cópias das normas internas da CODEVASF relativas aos serviços a serem contratados, quando formalmente solicitados.
- i) Manter os veículos em bom estado de conservação e segurança.
- j) Avisar à seguradora sobre a ocorrência de sinistro, fornecendo-lhe os formulários pertinentes devidamente preenchidos.
- k) Aguardar a autorização da seguradora para o início da reparação de quaisquer danos, exceto nos casos previstos nesse Termo de Referência.
- l) Dar conhecimento imediato à seguradora sobre a ocorrência de fato do qual possa advir responsabilidade civil.
- m) Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços.

### 12.2 DA CONTRATADA

Além das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, deve:

- a) Comunicar de forma documentada e assinada, qualquer alteração contratual, a qual dependerá da concordância da CONTRATANTE.
- b) Comunicar de forma documentada e assinada qualquer fato superveniente na prestação do serviço contratado.
- c) Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista.
- d) Acatar as orientações do Gestor/Fiscal do contrato ou de seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

- e) Prestar esclarecimento à CODEVASF sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.
- f) Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.
- g) Refazer os serviços que, a juízo da Fiscalização, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.
- h) Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços quando necessárias.
- i) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- j) Executar os serviços contratados e solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego adequado.
- k) Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações desse Termo de Referência e melhores práticas aplicadas, além da rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, desde que aprovado pela CONTRATANTE.
- l) Atender com prioridade as solicitações da CONTRATANTE, garantindo a execução dos serviços com qualidade, presteza e agilidade.
- m) Não aplicar materiais/serviços não especificados sem prévia autorização do fiscal do contrato.
- n) Responsabilizar-se por serviços executados pelas oficinas por ela credenciadas.
- o) Facilitar à CODEVASF a fiscalização dos serviços prestados.
- p) Responsabilizar-se única, integral e diretamente pelos serviços contratados e obrigações assumidas, nos termos deste instrumento e da legislação vigente, inclusive a liquidação de sinistros e pagamentos de indenizações, mesmo que o seguro tenha sido distribuído por meio de resseguro/cosseguro.
- q) Cumprir e fazer cumprir os dispostos nos normativos da SUSEP e Legislação Nacional.
- r) Fornecer manual ou documento equivalente, em português, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os bens objeto deste Termo de Referência.
- s) Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as taxas e impostos relativos a essa contratação, inclusive o Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF, uma vez que a CODEVASF não é isenta de tributos.

**13****VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA O CONTRATO**

- 13.1 O valor global máximo estimado para a contratação do Objeto é de **R\$ 461.812,08** (quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e doze reais e oito centavos). Sendo que este valor foi alcançado por pesquisa de preços junto aos potenciais fornecedores, e também utilizado- se de outras fontes como parâmetros fora deste mercado, como por exemplo, o portal de compras do Governo Federal (Comprasnet).
- 13.2 O preço será o apresentado na proposta adjudicada, incluindo todas as despesas necessárias à execução dos serviços, observadas as exigências deste Termo de Referência e seus Anexos.
- 13.3 Os preços unitários deverão ser completos abrangendo além da boa prestação dos serviços, tributos, despesas indiretas, lucro, encargos, enfim tudo mais que possa contribuir para a composição do custo final da execução do objeto, conforme exigências contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

## 13.4 O Objeto a ser licitado será agregado em grupos, a saber:

Grupos	Descrição	Valor Global estimado para o Grupo (R\$)
1	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF Sede e Escritórios de Representações</b> (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0001-26	<b>R\$ 22.263,09</b>
2	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 1ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0002-07	<b>R\$ 81.540,84</b>
3	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 2ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0014-40	<b>R\$ 72.864,93</b>
4	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 3ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0004-79	<b>R\$ 61.960,50</b>
5	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 4ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0005-50	<b>R\$ 67.509,16</b>
6	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 5ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0015-21	<b>R\$ 62.220,62</b>
7	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 6ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0028-46	<b>R\$ 37.709,02</b>
8	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 7ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0025-01	<b>R\$ 23.754,38</b>
9	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 8ª Superintendência Regional</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0029-29	<b>R\$ 19.575,80</b>
10	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de seguro total para frota de carros e motocicletas da <b>CODEVASF 3ª Superintendência Regional-PISF</b> . (Anexo II) – CNPJ=00.339.857/0037-37	<b>R\$ 12.413,74</b>
Valor Total Estimado de todos os Grupos		R\$ 461.812,08 (quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e doze reais e oito centavos).

**14. FISCALIZAÇÃO**

14.1 A execução dos serviços objeto desse Termo de Referência será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

14.1.1 O responsável pela gestão do contrato será a Unidade de Serviços Auxiliares da SEDE, das respectivas SRs e Escritórios de Representações, as quais definirão em tempo oportuno os respectivos fiscais.

14.2 Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

14.2.1 A CONTRATADA deverá instalar e manter sede, filial ou escritório com preposto legalmente constituído para responder pela empresa e com capacidade operacional

para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes ao objeto a ser contratado.

14.2.1.1 A CONTRATADA se obriga, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, a comunicar formalmente à CODEVASF o endereço, telefone, e-mail e dados do preposto e da sede, filial ou escritório.

14.3 Compete ao fiscal:

- a) Verificar e aceitar notas fiscais/faturas extraídas pela CONTRATADA ou recusá-las, quando inexatas;
- b) Fazer inspeções e aprovar a apólice e os serviços prestados;
- c) Sustar a execução dos serviços, total ou parcialmente, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização;
- d) Verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada penalidade contratual;
- e) Propor aplicação de multa pelo não cumprimento de cláusula contratual. A Fiscalização informará à CODEVASF quanto ao fato, instruindo o seu relatório com documentos necessários e, em caso de multa, a indicação do seu valor;
- f) A omissão da fiscalização em qualquer circunstância não eximirá a adjudicatária da total responsabilidade pela boa execução do objeto do contrato.

## 15 RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 Com apresentação da apólice definitiva aprovada pela fiscalização do contrato em cada Unidade Gestora (Sede e Superintendências).

## 16 DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

16.1 Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada nos termos como dispõe o artigo 81, da Lei nº 13.303/2016.

16.2 O valor proposto e contratado, se necessário, será reajustado anualmente, contados da data de apresentação da proposta, mediante requerimento escrito da proponente em até 60 (sessenta) dias da data base, conforme a variação do IPCA.

16.3 No caso de a contratada deixar de requerer o reajuste no período indicado, restará presumida pela Administração a aceitação dos preços não reajustados.

16.4 A contratada, independente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus existentes nos veículos das atuais apólices, conforme valores descritos no anexo II, elevando, em mais 1 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices.

16.4.1 A empresa poderá diminuir a bonificação em menos 1 (um), de acordo com informações de ocorrência de sinistros, constantes na relação da frota da CODEVASF, anexo II.

**16.4.1.1 Não havendo sinistro na apólice indicada, a contratada deverá aplicar a seguinte bonificação mínima para todos os itens da respectiva apólice:**

16.4.1.1.1 I. No primeiro ano bônus zero;

16.4.1.1.2 II. No segundo ano (bônus 1): correspondente a 2,0% a.a;

16.4.1.1.3 III. Após o segundo ano, bônus correspondente a 1,0% a.a;

## 17 FONTE DE RECURSO

17.1 Os recursos orçamentários correrão à conta do PTRES 172108 – Programa de Trabalho 04.122.2111.2000.0001 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE NACIONAL, Categoria Econômica 3, sob a gestão da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico da CODEVASF.

## 18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Ficará impedido de licitar e contratar com a União, por até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das cominações legais, o licitante que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de seu objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato; ou
- h) Não cumprir quaisquer das obrigações da contratada.

18.2 Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

18.3 Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo II – Dos Contratos, Seção III da Lei nº 13.303/2016.

18.4 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

18.5 A multa será aplicável sobre o valor total da contratação, cumulativamente ou não com outras sanções, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

## 19 ANEXOS:

1. Anexo I – Justificativa
2. Anexo II – Planilha - Relação da frota de veículos da CODEVASF;
3. Anexo III – Planilha - Composição de Preços Médios Estimados;
4. Anexo IV – Modelo – Proposta comercial em branco

**Elaborado por:**

Jackson Costa Coelho  
**Unidade de Serviços Auxiliares**  
**Chefe**

**Aprovação do Termo de Referência:**

**Pelo AA/GSA:**

**Pelo AA:**

Brasília/DF, 16 de setembro de 2020.

## ANEXO I

### JUSTIFICATIVA

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço comum a ser contratado, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

#### **Justificativas:**

##### **Da necessidade da contratação**

Por tratar-se de serviços comuns, assim definidos na forma do art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/2002, é também um serviço essencial, pois são indispensáveis para a utilização segura dos veículos da frota Codevasf pelos empregados.

A contratação dos serviços descritos é indispensável à preservação do patrimônio da CODEVASF Sede, Superintendências Regionais e Escritórios de Representação, bem como à maior segurança dos funcionários da Administração no desempenho de suas funções.

A cobertura do seguro da frota visa atender, também, ao compromisso firmado pela CODEVASF no Acordo Coletivo de Trabalho com seus empregados.

##### **Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO**

A adoção do Pregão Eletrônico visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

A licitação para todos os veículos de propriedade da Codevasf por Grupos/Lotes se justifica pelo fato de que proporcionará uma maior economia de escala na contratação e maior controle e fiscalização dos serviços prestados, resultando assim num conjunto de fatores que direcionam economicidade para a Administração Pública.

A Codevasf, por meio de sua AA, vem colocando em prática processos de aquisições centralizadas entre a SEDE e as Superintendências Regionais, com o objetivo de diminuir o fluxo e agilizar os processos de contratações de serviços continuados.

A adoção dessa prática tem como um de seus objetivos o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição será de larga escala, e por isso a tendência dos preços é diminuir, o que caracteriza a lei de demanda.

Proporcionando economia de tempo e segurança processual, na medida em que torna prioritária a racionalização de processos com redução dos custos operacionais, ou seja, ao fazermos um só processo licitatório (Grupo) – onde as regras já se encontram definidas no Edital e aceitas pelo licitante interessado – dispenderemos o tempo gasto em um processo licitatório uma única vez e teremos o serviço disponível sempre que necessário para cada uma das Unidades Gestoras participantes, que terá o seu próprio instrumento de contrato com autonomia em cada uma das localidades.

**Permite Participação de Consórcios:**

**Não:** A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, o que conseqüentemente não é pertinente a formação de consórcios (Item 6, do TR – Condições de Participação).

**Participação de microempresa e empresa de pequeno porte:**

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação conforme legislação vigente.

**Critério de Julgamento:**

Menor preço por Grupo/Lote, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública em cada uma de suas Unidades Gestoras.

## ANEXO IV

### MODELO PROPOSTA COMERCIAL (em branco)

a) A licitante, antes de apresentar sua proposta, DEVERÁ ler atentamente todas as condições do edital (objeto, obrigações, responsabilidades, etc.), não podendo alegar, depois do certame concluído ou durante a execução do serviço, desconhecimento ou mesmo alegar que cotou erroneamente.

b) TODOS OS VALORES E PERCENTUAIS CONSTANTES DESTA PROPOSTA DEVERÃO CONTER SOMENTE 02 (DUAS) CASAS DECIMAIS.

Valor da Proposta do Grupo “x”:

$$P_x = VS - D$$

Onde:

$P_x$  = Valor total da Proposta do grupo x;

$VS$  = Valor Estimado dos Serviços (Que é invariável);

$D$  = Desconto aplicado

$X$  = deverá ser o número do grupo (de 1 a 10)

VALOR TOTAL DA PROPOSTA DO GRUPO ( $P_x$ ): R\$ ..... (.....)

### **Exemplo (valores colocados apenas como exemplo):**

Valor da Proposta do Grupo 1:

$$P_1 = VS - D$$

$$P_1 = R\$ 100.000,00 - R\$ 800,00$$

$$P_1 = R\$ 99.200,00$$

Sendo:

$P_1$  = Valor total da Proposta do Grupo 1;

$VS$  = Valor Estimado dos Serviços (Que é invariável);

$D$  = Desconto aplicado (R\$)

VALOR TOTAL DA PROPOSTA ( $P_1$ ): R\$ 99.200,00 (Noventa e nove mil e duzentos reais)

GRUPO 1 /Codevasf – SEDE				CNPJ - 00.399.857/0001-26					
Item	Marca	Descrição do Veículo	Ano Fab.	Ano Mod.	Placa	Chassi	Classe de Bônus	Franquia	Prêmio
1	VOLKSWAGEN	PARATI (Ger.III) PLUS 1.6Mi(T.Flex) A/G 4p	2009	2009	JHR2493	9BWGB05W29P121791	10	R\$ 1.756,15	
2	VOLKSWAGEN	PARATI (Ger.III) PLUS 1.6Mi(T.Flex) A/G 4p	2009	2009	JGS3171	9BWGB05W49P121727	10	R\$ 1.756,15	
3	VOLKSWAGEN	PARATI (Ger.III) PLUS 1.6Mi(T.Flex) A/G 4p	2009	2009	JHR2483	9BWGB05W49P124031	10	R\$ 1.756,15	
4	FIAT	PALIO WEEKEND(N.Versao) ADVENTURE 1.8 8v Flex A/G 4p	2007	2007	JHJ4506	9BD17309T74194208	7	R\$ 1.673,65	
5	FORD	FOCUS SEDAN GHIA(Kinetic) 2.0 16v(Flex) A/G 4p	2011	2011	JIP4942	8AFTZZFFCBJ410159	6	R\$ 1.875,50	
6	FORD	FOCUS SEDAN GHIA(Kinetic) 2.0 16v(Flex) A/G 4p	2011	2011	JIP4932	8AFTZZFFCBJ408724	6	R\$ 1.875,50	
7	FIAT	PALIO WEEKEND ATTRACTIVE 1.4 8v(Flex) A/G 4p	2012	2012	NZS0748	9BD17307MC4374565	5	R\$ 1.615,90	
8	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2012	2013	JKL7745	WV1DB42H0DA053809	4	R\$ 2.894,48	
9	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2012	2013	JKL7765	WV1DB42H6DA053555	4	R\$ 2.894,48	
10	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2012	2013		WV1DB42H0DA026867	4	R\$ 2.894,48	
11	RENAULT	MEGANE GRAND TOUR DYNAMIQUE 1.6 16v(Hi-Flex) A/G 4p	2013	2013	JKE5461	93ykm263hdj283572	4	R\$ 2.253,90	
12	RENAULT	MEGANE GRAND TOUR DYNAMIQUE 1.6 16v(Hi-Flex) A/G 4p	2013	2013	JKE5481	93ykm263hdj281161	4	R\$ 2.253,90	
13	TOYOTA	COROLLA SEDAN (N.Serie) XEi 2.0 16v (Aut.)(Flex) A/G 4p	2017	2017	PAX4386	9BRBDWHE7H0342761	2	R\$ 2.811,99	
14	TOYOTA	COROLLA SEDAN (N.Serie) XEi 2.0 16v (Aut.)(Flex) A/G 4p	2017	2017	PAX4387	9BRBDWHE0H0342777	2	R\$ 2.811,99	
Valor total estimado do Grupo 1									R\$
15	Desconto aplicado								R\$
Valor total estimado do grupo 1 – Desconto aplicado (Menor Preço)									R\$

**Exemplo: Modelo Tabela de lances em branco – Menor Preço**



**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES  
DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR**

# **CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF**

**Deliberação nº 35, de 28 de setembro de 2020**

**2020**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	3
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	4
CAPÍTULO II – DA CONCEITUAÇÃO .....	4
CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICOS .....	7
CAPÍTULO IV – DA CONDUTA ÉTICA.....	7
Seção I - Do Ambiente de Trabalho .....	8
Seção II - Do Convívio no Ambiente de Trabalho .....	8
Seção III - Da Execução das Atividades.....	10
Seção IV - Do Uso da Autoridade do Cargo, Função ou Emprego.....	10
Seção V - Da Promoção da Igualdade e Respeito à Diversidade .....	11
Seção VI - Do Relacionamento com o Público .....	11
Seção VII - Do Relacionamento com Clientes e Fornecedores .....	12
Seção VIII - Das Publicações e Autoria de iniciativas e Trabalhos .....	13
Seção IX - Do Sigilo das Informações.....	13
Seção X - Da Segurança das Informações .....	13
Seção XI - Do Uso da Rede Corporativa e dos Meios Digitais .....	14
Seção XII - Da Participação em Eventos .....	15
Seção XIII - Do Recebimento de Presentes e Outros Benefícios .....	15
Seção XIV - Do Conflito de Interesses.....	17
Seção XV - Da Fraude e Corrupção .....	17
Seção XVI - Do Nepotismo .....	18
Seção XVII - Das Atividades Políticas e Religiosas .....	18
CAPÍTULO V - DAS VIOLAÇÕES AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE.....	19
CAPÍTULO VI - DAS DENÚNCIAS .....	20
Seção I - Dos Canais de Comunicação e Denúncia .....	20
Seção II - Do Tratamento das Denúncias .....	20
CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21
ANEXO I - Termo de Adesão ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.....	24
ANEXO I - Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf	25

## APRESENTAÇÃO

A responsabilidade social de uma empresa pública exige a incorporação, às suas práticas comerciais e organizacionais, de princípios e valores éticos essenciais ao cumprimento da missão institucional que lhe é confiada pela sociedade.

O presente Código de Conduta Ética e Integridade apresenta as condutas a serem adotadas pelos agentes públicos que exercem cargo em comissão, emprego ou função de confiança na Codevasf, que devem ser orientadas pelos princípios de respeito, de honestidade e de responsabilidade, compondo as regras básicas para o agir ético.

As condutas aqui descritas deverão ser observadas como orientações de comportamento em situações da vida profissional ou de atos que dela decorrem.

A Codevasf, com este Código, visa à prevenção de desvios de conduta, promovendo a defesa da dignidade humana, a proteção ao interesse público, a promoção do bem comum e a disseminação de orientações e atividades educativas, sem prejuízo da aplicação de medidas disciplinares cabíveis, quando tais desvios forem constatados.

O compromisso de todos com o cumprimento das disposições presentes neste Código é fundamental para que a Codevasf alcance suas metas, seus objetivos e sua missão de forma ética e transparente.

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, com a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, com possibilidade, para esse efeito, de coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de água, para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme plano diretor, em articulação com os órgãos federais competentes.

Art. 2º A conduta dos agentes públicos da Codevasf será orientada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal, pelas resoluções expedidas pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP e por este Código, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

Art. 3º Este Código de Conduta Ética e Integridade tem por finalidade orientar os agentes públicos da Codevasf sobre as normas gerais de conduta, com o objetivo de:

- I - fortalecer a imagem institucional;
- II - criar ambiente adequado ao convívio social;
- III - promover a prática e a conscientização quanto aos princípios de conduta;
- IV - instituir instrumento referencial de apoio à decisão ética cotidiana; e
- V - fortalecer o agir ético.

## CAPÍTULO II DA CONCEITUAÇÃO

Art. 4º Para fins deste Código, entende-se:

I - Agente Público: todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual à Codevasf, ainda que não remunerado, inclusive os ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança ou gratificada e membros dos órgãos estatutários, ainda que estejam em gozo de licença ou em período de afastamento ou cedidos temporariamente para outros órgãos;

II - Atividade de cunho político-partidário: a atividade cujo objetivo, ainda que indireto, seja a promoção de uma pessoa, um partido político ou uma ideologia partidária;

III - Assédio moral: consiste na repetição deliberada de gestos, palavras (orais ou escritas) e/ou comportamentos, os quais expõem o agente público a situações humilhantes e

constrangedoras, capazes de lhes causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica ou física, com o objetivo de excluí-lo das suas funções ou de deteriorar o ambiente de trabalho;

IV - Assédio sexual: o ato de constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente público da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função;

V - Clientes: pessoas físicas ou jurídicas que adquirem ou possam adquirir bens, serviços ou informações produzidas pela Codevasf;

VI - Conflito de interesses: qualquer situação gerada pelo confronto entre os interesses da Codevasf e os interesses particulares de seus agentes públicos, que possa vir a comprometer os interesses da Empresa ou influenciar de maneira imprópria o desempenho das atividades de seus agentes públicos;

VII - Consciência cidadã: atuação com responsabilidade ambiental, econômica, social e cultural, de forma equilibrada, respeitando o direito à vida plena das gerações atuais e contribuindo para a preservação das futuras;

VIII - Corrupção: qualquer ação, direta ou indireta, que consiste em autorização, oferecimento, promessa, solicitação, aceitação, exigência, entrega ou recebimento de vantagem indevida, de natureza econômica ou não, envolvendo pessoas físicas ou jurídicas, agentes públicos ou não, com o objetivo de que se pratique ou deixe de se praticar determinado ato;

IX - Denúncia anônima: manifestação que chega aos canais de denúncia sem identificação;

X - Dignidade humana e respeito às pessoas: valorização da vida e afirmação da cidadania, respeitando a integridade física e moral de todas as pessoas, as diferenças individuais, sociais e econômicas e a diversidade de grupos sociais, com igualdade, equidade e justiça;

XI - Eficiência: executar as atividades da Empresa com presteza e rendimento funcional, exigindo a concretização de resultados positivos para a administração pública e o atendimento satisfatório das necessidades da comunidade;

XII - Ética: valor que norteia a conduta humana no que se refere ao seu caráter, altruísmo e virtudes, tanto no meio social quanto institucional, de modo a determinar a melhor forma de agir e se comportar em sociedade;

XIII - Fornecedores: pessoas físicas ou jurídicas que forneçam bens e serviços à Codevasf;

XIV - Fraude: qualquer ação ou omissão intencional, com o objetivo de lesar ou ludibriar outra pessoa, capaz de resultar em perda para a vítima e/ou vantagem indevida, patrimonial ou não, para o autor ou terceiros, pela declaração falsa ou omissão de circunstâncias materiais com o intuito de levar ou induzir terceiros a erro;

XV - Impessoalidade: prevalência do interesse público sobre os interesses particulares, com objetividade e imparcialidade nas decisões, ações e no uso dos recursos da Empresa;

XVI - Informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito da Codevasf, que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público;

XVII - Integridade: honestidade, moralidade e probidade na realização dos compromissos assumidos, repudiando toda a forma de fraude e corrupção, com postura ativa diante de situações que não estejam de acordo com os princípios éticos assumidos;

XVIII - Legalidade: respeito à legislação e às normas internas da Empresa;

XIX - Moralidade: dever de não apenas cumprir a lei formalmente, mas cumprir substancialmente, procurando sempre o melhor resultado para a Empresa;

XX - Nepotismo: o favorecimento de parentes em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, nas relações de trabalho ou emprego, para privilegiar os laços de parentesco em detrimento da avaliação de mérito, conforme explicitado na tabela abaixo:

FORMAS DE PARENTESCO			GRAU DE PARENTESCO		
			1º grau	2º grau	3º grau
Parentes Consanguíneos	Em linha reta	Ascendentes	Pais (inclusive madastra e padastro)	Avós	Bisavós
		Descendentes	Filhos	Netos	Bisnetos
	Em linha colateral			Irmãos	Tios e Sobrinhos (e seus cônjuges)
Parentes por afinidade	Em linha reta	Ascendente	Sogros (inclusive madastra e padastro do cônjuge ou companheiro)	Avós do cônjuge ou companheiro	Bisavós do cônjuge ou companheiro
		Descendente	Enteados, genros e noras (inclusive do cônjuge ou companheiro)	Netos (exclusivo do cônjuge ou companheiro)	Bisnetos (exclusivo do cônjuge ou companheiro)
	Em linha colateral			Cunhados (irmãos do cônjuge ou companheiro)	Tios e sobrinhos do cônjuge ou companheiro (e seus cônjuges)

Obs: O Cônjuge ou Companheiro, embora não seja considerado parente, encontra-se sujeito às vedações contidas na súmula vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

XXI - Profissionalismo: desempenho profissional íntegro, assíduo, eficiente, com responsabilidade e zelo, comprometido com a busca da excelência no desempenho de suas atividades na Codevasf;

XXII - Publicidade: trata-se da divulgação oficial do ato para o conhecimento público;

XXIII - Reserva de identidade: a ocultação da identificação do denunciante, a pedido ou de ofício; e

XXIV - Transparência: visibilidade dos critérios que norteiam as decisões e as ações da Empresa, nos termos da legislação vigente, mediante comunicação clara, exata, ágil e acessível, observando os limites do direito à confidencialidade.

### CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICOS

Art. 5º A conduta dos agentes públicos da Codevasf será orientada por este Código, pelo cumprimento dos normativos vigentes, da lei de criação da Empresa, do seu Estatuto Social e Regimento Interno, e da legislação aplicável, observados princípios e valores essenciais na atuação da Empresa.

Art. 6º São Princípios Éticos na Codevasf:

- I - a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- II - o reconhecimento da probidade, da integridade corporativa e da lealdade como valores intrínsecos ao exercício das atividades profissional e organizacional;
- III - a garantia da liberdade de expressão e de acesso à informação;
- IV - o respeito às diferenças individuais e consequente eliminação de qualquer forma de discriminação em função de etnia, nacionalidade, gênero, crença religiosa, convicção política, origem, classe social, linguística, orientação sexual, idade ou capacidade física;
- V - a proteção ao meio ambiente, a otimização do trabalho, a cooperação e o combate ao desperdício dos recursos públicos; e
- VI - a defesa da dignidade humana, a proteção ao interesse público e a promoção do bem comum.

Art. 7º São Valores Éticos na Codevasf:

- I - a ética;
- II - a dignidade humana e o respeito às pessoas;
- III - a integridade;
- IV - a consciência cidadã;
- V - a transparência;
- VI - a honestidade;
- VII - a discrição;
- VIII - a cordialidade e urbanidade;
- IX - a boa-fé e o decoro; e
- X - o zelo permanente pela imagem e integridade institucional.

## CAPÍTULO IV DA CONDUTA ÉTICA

Art. 8º A Codevasf possuirá Comissão de Ética encarregada de orientar e aconselhar quanto a ética profissional de seus agentes públicos, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer as condutas e procedimentos passíveis de censura.

Art. 9º Os princípios e valores éticos contidos neste Código, em leis, decretos, políticas e normativos internos deverão ser considerados no exercício das atividades profissionais.

### **Seção I Do Ambiente de Trabalho**

Art. 10. Pelas características das atividades realizadas pela Empresa, exige-se prontidão e atenção especial em relação às condições do ambiente de trabalho em que são desenvolvidas, sendo necessário aos agentes públicos da Codevasf:

I - zelar pela defesa da vida, pela integridade física e segurança própria, das pessoas com quem se relacionam e das instalações utilizadas;

II - não movimentar ou retirar do lugar próprio qualquer documento ou objeto pertencente a Empresa, sem prévia autorização da autoridade competente;

III - respeitar as normas de segurança do trabalho na realização das atividades diárias, fazendo o uso de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPI disponibilizados pela Empresa, quando necessário;

IV - respeitar e zelar pelo fiel cumprimento das normas legais e regulamentares, internas e externas;

V - preservar o meio ambiente, observando e difundindo os normativos ambientais;

VI - não portar armas nos locais de trabalho, quando estas não forem necessárias para as atividades que executa;

VII - não praticar atividades comerciais de compra e venda, oferta de serviços ou propaganda nas dependências da Empresa, ainda que fora do horário de expediente, sem prévia autorização;

VIII - não praticar jogos de azar nas dependências da Empresa;

IX - não consumir, distribuir, comprar ou vender substâncias entorpecentes, mesmo que lícitas, nas dependências da Codevasf ou estar sob o efeito destas substâncias durante a jornada de trabalho; e

X - não fumar no ambiente de trabalho, exceto nas áreas definidas para este fim, quando houver.

Parágrafo único. O consumo moderado de bebidas alcóolicas é permitido em ocasiões oficiais de festividades e comemorações realizadas pela Codevasf.

## **Seção II**

### **Do Convívio no Ambiente de Trabalho**

Art. 11. O convívio no ambiente de trabalho deverá ser alicerçado na cordialidade, no respeito mútuo, na equidade, no bem-estar, na segurança de todos, na colaboração, no espírito de equipe e na busca de um objetivo comum, independentemente da posição hierárquica, emprego, cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 12. Constituem condutas a serem observadas pelo agente público da Codevasf:

I - contribuir para um ambiente de trabalho livre de ofensas, difamação, exploração, discriminação, repressão, intimidação, assédio e todo e qualquer tipo de violência;

II - compartilhar com os demais colegas os conhecimentos e as informações necessárias ao exercício das atividades próprias da Empresa, respeitadas as normas relativas ao sigilo;

III - dispensar a outros agentes públicos, ainda que licenciados ou aposentados, assim como os de outros órgãos públicos, o mesmo tratamento conferido ao público em geral, quando estes demandarem serviços da Codevasf;

IV - não permitir que interesses de ordem pessoal, simpatias ou antipatias interfiram no trato com colegas, público em geral e no andamento dos trabalhos;

V - não prejudicar deliberadamente, no ambiente de trabalho ou fora dele, por qualquer meio, a imagem da Empresa ou a reputação de seus agentes públicos;

VI - zelar pela correta utilização de recursos materiais, equipamentos, serviços contratados e veículos oficiais, da Empresa ou de prestadores de serviço, colocados à sua disposição;

VII - respeitar a hierarquia, porém sem nenhum temor de denunciar qualquer ilegalidade ou abuso de poder;

VIII - resistir às pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores ou vantagens indevidas;

IX - denunciar atos decorrentes de ações imorais, ilegais ou antiéticas;

X - ser assíduo e se apresentar com vestimentas adequadas ao local de trabalho;

XI - solicitar autorização prévia a chefia imediata para ausentar-se durante o expediente e evitar faltar ao trabalho sem motivo que o justifique; e

XII - promover o Código de Conduta Ética e Integridade, com ampla divulgação aos empregados e demais agentes públicos e privados com quem a Empresa mantém relações de negócio, mediante ações de comunicação e educação.

Art. 13. O agente público que coordenar, supervisionar ou chefiar outros agentes públicos na Codevasf deverá:

I - agir de forma clara e inequívoca, primando pela moralidade e pelo profissionalismo;

II - promover ambiente de trabalho harmonioso, cooperativo, participativo, motivador e produtivo;

III - agir com urbanidade e respeito, tratando as questões individuais com discrição; e

IV - abster-se de conduta que possa caracterizar preconceito, discriminação, constrangimento, assédio de qualquer natureza, desqualificação pública ou pessoal, ofensa ou ameaça, a terceiros ou a outros agentes públicos.

Art. 14. Será vedado ao agente público da Codevasf praticar ou compactuar com atos de assédio moral ou sexual na Empresa.

### **Seção III**

#### **Da Execução das Atividades**

Art. 15. O agente público da Codevasf deverá agir de forma objetiva e técnica, com urbanidade e clareza, mantendo conduta moderada e independência profissional, aplicando a legislação em vigor e os normativos internos, em todo seu conjunto, sem se deixar intimidar por interferências ou pressões de qualquer ordem na execução das atividades que lhe forem atribuídas.

Parágrafo único. As decisões estratégicas tomadas pelos agentes públicos deverão se basear em análise de risco, quando disponível, visando a sustentabilidade e a viabilidade das ações da Empresa.

Art. 16. É dever do agente público da Codevasf abster-se de atuar em processos administrativos, participar de comissão de licitação, comissão ou banca de concurso ou da tomada de decisão, quando haja interesse próprio ou de seu cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, amigo íntimo, inimigo notório, credor ou devedor.

Art. 17. Na análise de processos administrativos de qualquer natureza, o agente público da Codevasf deverá agir de forma imparcial, diligente e tempestivo, buscando a veracidade dos fatos, controlando e cumprindo os prazos.

Art. 18. Quando participar de procedimentos correccionais, o agente público da Codevasf deverá agir de forma objetiva e imparcial, com discrição e cordialidade, buscando a veracidade dos fatos, assegurando aos envolvidos o direito ao contraditório e à ampla defesa e resguardando o sigilo das informações.

### **Seção IV**

#### **Do Uso da Autoridade do Cargo, Função ou Emprego**

Art. 19. É vedado ao agente público da Codevasf:

I - exercer ou permitir o uso de seu cargo em comissão, função de confiança ou gratificada, e emprego com finalidade estranha ao interesse público, ainda que observadas as formalidades legais.

II - utilizar ou permitir o uso do seu cargo em comissão, função de confiança ou gratificada, emprego, ou do nome da Codevasf para a promoção de opinião, produto, serviço ou empresa própria ou de terceiros;

Parágrafo único. A citação do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada, emprego e a emissão de opiniões somente serão permitidas em documentos curriculares, em aulas, palestras e livros, ou em qualquer outra forma de publicação, desde que fique registrado que não refletem o posicionamento da Empresa.

## **Seção V**

### **Da Promoção da Igualdade e Respeito à Diversidade**

Art. 20. Os agentes públicos da Codevasf, a fim de promover a igualdade e o respeito à diversidade, deverão:

I - abster-se de emitir opinião ou de adotar práticas que demonstrem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, gênero, credo e quaisquer outras formas de discriminação ou que possam perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais agentes públicos; e

II - repudiar toda e qualquer forma de preconceito e discriminação, denunciando os eventuais casos vivenciados ou testemunhados.

## **Seção VI**

### **Do Relacionamento com o Público**

Art. 21. Nas relações estabelecidas com públicos diversos, o agente público da Codevasf deverá apresentar conduta equilibrada e isenta, não participando de transações ou atividades que possam comprometer a sua dignidade profissional ou desabonar a sua imagem pública, bem como a da Empresa.

Parágrafo único. O exercício da função pública deverá ser profissional e se integrar à vida particular de cada agente público, de forma que os fatos e atos verificados na conduta cotidiana da vida privada do agente público poderão influenciar no conceito de sua vida funcional, desde que tenham correlação com sua atividade profissional.

Art. 22. O agente público da Codevasf deverá pautar o seu comportamento consoante as seguintes diretrizes:

I - respeito aos valores, às necessidades públicas e às boas práticas da comunidade, contribuindo para a construção e consolidação de consciência cidadã no relacionamento com a sociedade em geral;

II - respeito às regras protocolares, às competências e à coordenação estabelecida em operação ou evento no relacionamento com autoridades públicas nacionais e estrangeiras;

III - observância às normas e à posição oficial da Empresa no relacionamento com a imprensa, quando se manifestar em nome da Codevasf, tendo o cuidado de não expressar opiniões contra a honra e o desempenho funcional de outro agente público;

IV - comunicação entre agentes públicos da Codevasf e a imprensa, mediante prévia autorização da Empresa;

V - portar-se com urbanidade e cortesia; e

VI - profissionalismo, impessoalidade, publicidade e transparência, com atenção especial quanto aos aspectos legais e contratuais envolvidos, resguardando-se de eventuais práticas desleais ou ilegais de terceiros ao relacionar-se com fornecedores ou prestadores de serviços.

Art. 23. O atendimento ao público deverá ser realizado com agilidade, presteza, qualidade, urbanidade e respeito, fornecendo informações claras e confiáveis, devendo o agente público atuar de modo a harmonizar as relações entre o cidadão e a Codevasf.

Parágrafo único. Durante o atendimento, o agente público da Codevasf deverá adotar, entre outras, as seguintes condutas:

I - evitar interrupções por razões alheias ao atendimento;

II - ser claro em seus posicionamentos e opiniões, mantendo a discrição, com vistas a motivar respeito e confiança do público em geral;

III - agir com profissionalismo em situações de conflito, procurando manter o controle emocional; e

IV - orientar e encaminhar corretamente o cidadão quando o atendimento precisar ser realizado por outra unidade ou órgão.

## **Seção VII**

### **Do Relacionamento com Clientes e Fornecedores**

Art. 24. No relacionamento com clientes e fornecedores, são condutas esperadas dos agentes públicos da Codevasf:

I - colaborar com as condições adequadas para que fornecedores desempenhem suas atividades de forma apropriada;

II - visitar ou reunir-se com clientes ou fornecedores, mediante autorização do superior hierárquico, seja por motivos de ordem técnica ou comercial, acompanhados de pelo menos mais um empregado da Empresa;

III - conduzir as reuniões do processo de contratação ou negociação, formalmente, com registro em ata e sempre na presença de, no mínimo, 2 (dois) agentes públicos da Codevasf;

IV - não prestar qualquer tipo de assessoramento ou auxílio profissional a clientes ou fornecedores, exceto quando previsto em contrato ou expressamente autorizado pela autoridade competente;

V - comunicar ao superior hierárquico condutas ou comportamentos inadequados por parte de clientes ou fornecedores;

VI - observar estritamente as condições contratuais; e

VII - orientar clientes e fornecedores em relação à observância deste Código e demais normativos internos, no que for aplicável.

Art. 25. Nos processos de contratação de bens e serviços, o agente público da Codevasf deve atuar com isonomia, cumprindo as normas internas e externas, sem favorecer ou prejudicar qualquer concorrente.

### **Seção VIII**

#### **Das Publicações e Autoria de Iniciativas e Trabalhos**

Art. 26. O agente público deverá assumir a execução e autoria de seus trabalhos.

Art. 27. A divulgação ou publicação de dados, programas de computador, metodologias de trabalho ou informações produzidas no exercício das atividades da Empresa ou na participação em projetos institucionais, inclusive aqueles desenvolvidos em parceria com outros órgãos, deverão ser previamente autorizadas, ressalvadas as situações de interesse institucional.

Art. 28. O agente público da Codevasf, que na elaboração de documentos citar trechos de obras protegidas por leis de direitos autorais ou de propriedade intelectual, deverá indicar a sua autoria e origem.

Art. 29. O agente público da Codevasf deverá respeitar a autoria de iniciativas, trabalhos ou soluções de problemas apresentados por outros agentes públicos, conferindo-lhes os respectivos créditos.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica à reprodução parcial ou integral de textos produzidos para a Codevasf em despachos, processos administrativos, pareceres e documentos assemelhados.

### **Seção IX**

#### **Do Sigilo das Informações**

Art. 30. O agente público da Codevasf deverá adotar as seguintes condutas:

I - guardar sigilo sobre as informações a que tiver acesso ou conhecimento em função de suas atribuições, preservando o sigilo de acordo com as normas vigentes na Empresa;

II - não divulgar, repassar ou comentar informações privilegiadas ou relativas a atos ou fatos relevantes, com repercussão econômica e/ou financeira e que não tenham sido tornados públicos;

III - respeitar o sigilo profissional; e

IV - guardar segredo sobre as informações pessoais de qualquer outro agente público da Codevasf às quais tenham acesso em razão de cargo em comissão, função de confiança ou gratificada e/ou atividade desenvolvida, excetuando-se as situações previstas em lei.

### **Seção X**

#### **Da Segurança das Informações**

Art. 31. Constituem condutas a serem adotadas pelo agente público da Codevasf:

I - observar os protocolos de segurança relacionados com a utilização de sistemas de Tecnologia da Informação - TI e equipamentos;

II - não compartilhar senhas, ou permitir o acesso ou uso não autorizado dos sistemas de TI;

III - comunicar ao seu superior hierárquico ou à autoridade competente:

a) o desaparecimento ou a suspeita de perda de informação e/ou de equipamentos que contenham informações pessoais ou privilegiadas;

b) qualquer forma de manipulação indevida ou desvio do uso de informação por outro agente público; e

c) situações de vulnerabilidade ou fragilidade de seu conhecimento e que coloque as informações sob o risco de serem violadas ou acessadas por pessoas não autorizadas.

IV - não alterar ou destruir documentos originais de valor probatório, mantendo-os em arquivo pelos prazos definidos por normativo interno e pela legislação aplicada.

## **Seção XI**

### **Do Uso da Rede Corporativa e dos Meios Digitais**

Art. 32. Será vedado aos agentes públicos da Codevasf o uso dos recursos de hardware e software disponibilizados pela Empresa para:

I - fazer uso particular em atividades comerciais de compra e venda, oferta de serviços ou propaganda;

II - obter, armazenar, utilizar ou repassar material que viole leis de direitos autorais ou de propriedade intelectual;

III - obter, armazenar, utilizar ou repassar material que tenha conteúdo pornográfico, de exploração sexual, racista, homofóbico, sexista, político-partidário, contra a liberdade religiosa ou que atente contra a diversidade;

IV - usar do anonimato para envio de mensagens ou postagem de conteúdos que contrariem os interesses da Empresa, resguardados os casos previstos neste Código;

V - enviar mensagens ofensivas por meio de correio eletrônico corporativo;

VI - obter ou propagar intencionalmente vírus e similares;

VII - tentar invadir, violar sistemas ou controles de segurança;

VIII - fornecer ou utilizar senhas de terceiros para obter acesso a sistemas ou computadores;

IX - enviar, transmitir, distribuir, disponibilizar ou armazenar na internet ou em outros meios digitais, informações, dados, segredos comerciais, financeiros ou tecnológicos ou quaisquer outras informações pertencentes à Codevasf, salvo se expressamente autorizado pelo gestor da respectiva informação;

X - utilizar a rede corporativa e os meios digitais disponibilizados pela Empresa para acessar serviços de telefonia via internet que não sejam autorizados pela Codevasf; e

XI - praticar atividades de caráter político-partidário, religioso, de autoajuda e para a propagação de “correntes”.

Art. 33. O uso dos recursos de hardware e software disponibilizados pela Empresa poderá ocorrer para fins particulares, desde que não prejudique ou atente contra:

- I - a legislação;
- II - a imagem e reputação da Empresa ou de sua força de trabalho;
- III - a imagem de terceiros;
- IV - as atividades ou processos de trabalho da Empresa; e
- V - a segurança das informações e dos recursos corporativos.

## **Seção XII**

### **Da Participação em Eventos**

Art. 34. As despesas relacionadas à participação de agente público da Codevasf em eventos como seminários, congressos, palestras, visitas e reuniões técnicas, no Brasil ou no exterior, que guardem correlação com as atribuições de seu cargo em comissão, emprego ou função de confiança ou gratificada, ou que sejam de interesse da Codevasf deverão ser custeadas, preferencialmente, pela Empresa.

§1º As despesas relativas a transporte, alimentação, hospedagem e inscrição do agente público, excepcionalmente, poderão ser custeadas pela instituição promotora do evento, no todo ou em parte, sendo vedado o recebimento de remuneração, se esta for:

- a) organismo internacional do qual o Brasil faça parte;
- b) governo estrangeiro e suas instituições;
- c) instituição acadêmica, científica e cultural; ou
- d) empresa, entidade ou associação de classe que não esteja sob a jurisdição regulatória da Codevasf, ou que possa ser beneficiária de decisão da qual participe o agente público, seja individual ou coletivamente.

§2º O agente público da Codevasf poderá aceitar descontos de transporte, hospedagem e refeição, bem como de taxas de inscrição, desde que não sejam em benefício pessoal.

Art. 35. A prestação de contas de afastamentos custeados com recursos públicos (passagens, diárias, hospedagem, dentre outros) será, obrigatoriamente, realizada pelo agente público da Codevasf nos prazos e formas determinados pelos normativos vigentes.

## **Seção XIII**

### **Do Recebimento de Presentes e Outros Benefícios**

Art. 36. O agente público da Codevasf não poderá exigir, aceitar, solicitar ou receber presente de qualquer valor ou qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão,

doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, quando o ofertante for pessoa, empresa ou entidade que:

I - tiver interesse pessoal, profissional ou empresarial em decisão que possa ser tomada pelo agente público, individual ou coletivamente;

II - mantiver relação comercial com a Codevasf; ou

III - representar o interesse de terceiros, como procurador ou preposto, de pessoas, empresas ou entidades compreendidas nos incisos I e II.

§1º O recebimento de presentes será permitido nas seguintes situações:

I - em razão de laços de parentesco ou amizade, desde que o seu custo seja arcado pelo próprio ofertante, e não por pessoa, empresa ou entidade que se enquadre em qualquer das hipóteses previstas nos incisos de I a III do art. 36; e

II - quando ofertados por autoridades estrangeiras, nos casos protocolares em que houver reciprocidade ou em razão do exercício de funções diplomáticas.

§2º Nos casos em que o presente não possa, por qualquer razão, ser recusado ou devolvido sem ônus para o agente público, o fato deverá ser comunicado por escrito à chefia da unidade orgânica de sua lotação e o material entregue à unidade responsável pelas atividades de patrimônio e almoxarifado que providenciará a emissão de recibo e os devidos registros e destinações legais.

§3º Para fins deste Código, não são caracterizados como presente:

I - prêmio em dinheiro ou bens concedidos ao agente público por entidade acadêmica, científica ou cultural, em reconhecimento por sua contribuição de caráter intelectual;

II - prêmio concedido em razão de concurso de acesso público a trabalho de natureza acadêmica, científica, tecnológica ou cultural; e

III - bolsa de estudos vinculada ao aperfeiçoamento profissional ou técnico do agente público, desde que o patrocinador não tenha interesse em decisão que possa ser tomada pelo agente público, em razão do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego que exerce.

Art. 37. O agente público da Codevasf poderá aceitar brindes desde que:

I - não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem o valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais), conforme estabelecido na Resolução nº 3, de 23/11/2000, elaborada pela Comissão de Ética Pública, da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, que trata das regras sobre o tratamento de presentes e brindes aplicáveis às autoridades públicas abrangidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal;

II - tenham periodicidade de distribuição não inferior a 12 (doze) meses; e

III - sejam de caráter geral ou que não se destinem exclusivamente a um determinado agente público da Codevasf.

§1º Caso o valor do brinde ultrapasse o valor previsto no inciso I do art. 37, ele será tratado como presente, e será aplicado o disposto no artigo 36.

§2º O agente público não deverá vincular o uso do brinde, ainda que recebido a título de propaganda, à imagem institucional da Codevasf e de seus agentes públicos no exercício de suas atribuições.

#### **Seção XIV**

#### **Do Conflito de Interesses**

Art. 38. Com vistas a prevenir ou impedir possível conflito de interesses, o agente público da Codevasf não deverá:

I - envolver-se direta ou indiretamente em qualquer atividade que seja conflitante com os interesses da Codevasf;

II - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas;

III - exercer atividade que implique na prestação de serviços ou na manutenção da relação de negócio com pessoa física ou jurídica, que tenha interesse em decisão da qual participa, seja individual ou coletivamente, ou da unidade orgânica de sua lotação;

IV - desempenhar, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo em comissão, da função de confiança ou gratificada, ou do emprego que exerce;

V - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados na Codevasf;

VI - praticar ato em benefício de pessoa jurídica da qual ele participe, ou seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influenciada em seus atos de gestão; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, à empresa cuja atividade seja controlada ou fiscalizada pela Codevasf.

Art. 39. O agente público da Codevasf, em casos de dúvidas, deverá consultar a Comissão de Ética da Codevasf ou a Comissão de Ética Pública sobre a existência de conflito de interesses e pedido de autorização para o exercício de atividade privada, observada a legislação vigente

Parágrafo único. A consulta citada no caput também será aplicada aos agentes públicos da Codevasf em gozo de licença para tratar de interesses particulares.

## **Seção XV Da Fraude e Corrupção**

Art. 40. Com vistas a evitar a ocorrência de fraude e/ou corrupção, é vedado aos agentes públicos da Codevasf:

I - insinuar, prometer, oferecer, pagar ou dar, direta ou indiretamente, vantagem a agente público, nacional ou estrangeiro, ou a pessoa a ele relacionada;

II - solicitar, aceitar ou receber, direta ou indiretamente, suborno, propina ou qualquer vantagem indevida ou promessa de tal vantagem em razão de função pública exercida; e

III - aceitar qualquer tipo de cortesia, transporte ou hospedagem de empresa que possa participar de processo licitatório ou de outra forma de aquisição de bens e serviços, exceto quando legalmente previsto;

Art. 41. Os agentes públicos da Codevasf deverão denunciar qualquer situação de fraude ou corrupção que tiverem conhecimento, sob qualquer forma, direta ou indiretamente, que envolva ou não valores monetários.

Parágrafo único. Os agentes públicos deverão estabelecer diligências administrativas com vistas à prevenção de fraude e corrupção nos acordos e contratos firmados com terceiros, sendo, ainda, que resultados e constatações em desvio aos ditames deste código e ao cumprimento de normativos da Empresa deverão ser encaminhados para conhecimento da Secretaria de Integridade, Riscos e Controles Internos – PR/SRC.

## **Seção XVI Do Nepotismo**

Art. 42. Será vedado aos agentes públicos da Codevasf:

I - nomear, designar, contratar ou influenciar, direta ou indiretamente, na contratação de pessoa física ou jurídica cujo administrador ou sócio com poder de direção seja parente consanguíneo ou por afinidade de:

- a) qualquer agente público que exerça função de confiança em unidade orgânica da Empresa responsável por demandar aquisições ou contratações e realizar procedimentos licitatórios, inclusive de dispensa ou inexigibilidade de licitação; e
- b) agente público da Codevasf responsável pela autorização da contratação e/ou pela assinatura do contrato.

II - realizar nomeações ou designações recíprocas entre as unidades orgânicas da Codevasf, mediante ajustes recíprocos caracterizando tal prática como nepotismo cruzado.

## **Seção XVII Das Atividades Políticas e Religiosas**

Art. 43. Em relação às atividades políticas e religiosas será vedado aos agentes públicos da Codevasf:

I - promover ou participar de atividades político-partidárias ou religiosas durante o expediente e no local de trabalho ou fazer uso dos recursos da Codevasf com esta finalidade, ou mesmo associá-la à sua imagem;

II - realizar qualquer tipo de propaganda político-partidária ou religiosa nas dependências da Codevasf.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a realização de atividades religiosas poderão ser autorizadas pela Empresa.

## CAPÍTULO V DAS VIOLAÇÕES AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE

Art. 44. As condutas que possam configurar violação a este Código serão apuradas, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, pela Comissão de Ética Codevasf, nos termos do seu Regimento Interno, que poderá ensejar:

I - na aplicação da pena de censura ética; ou

II - na recomendação para se adotar a conduta adequada.

Parágrafo único. Se a conclusão for pela existência de falta ética, além das providências previstas neste Código, no Código de Conduta da Alta Administração Federal e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a Comissão de Ética da Codevasf tomará as seguintes providências, no que couber:

I - sugerir à autoridade hierarquicamente superior ao agente público na Codevasf a sua exoneração, se ocupante de cargo em comissão ou função de confiança ou gratificada, ou a devolução ao órgão de origem, se agente público cedido de outro órgão;

II - encaminhar o processo de apuração a Controladoria-Geral da União - CGU ou, conforme o caso, a outra unidade do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, para exame de eventuais transgressões disciplinares; e

III - recomendar a abertura de processo administrativo próprio, em caso de indícios de infração disciplinar.

Art. 45. As condutas que possam configurar violações disciplinares, ou a este Código, serão encaminhadas à Ouvidoria da Codevasf – CONSAD/OUV, para fins de registro, e à Corregedoria da Codevasf - PR/COR para providências quanto à apuração disciplinar.

Art. 46. A Comissão de Ética da Codevasf não poderá deixar de proferir decisão sobre matéria de sua competência, alegando omissão por parte deste Código, do Código de Conduta da Alta Administração Federal ou do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. Caso ocorra a omissão prevista no art. 46, esta será resolvida por analogia e invocação aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 47. A Comissão de Ética da Codevasf em casos de dúvida quanto à legalidade de suas decisões deverá ouvir, previamente, a Assessoria Jurídica da Codevasf.

Art. 48. A Comissão de Ética de Codevasf comunicará à Comissão de Ética Pública as situações que possam configurar descumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

## CAPÍTULO VI DAS DENÚNCIAS

### Seção I Dos Canais de Comunicação e Denúncia

Art. 49. Os agentes públicos da Codevasf que testemunharem, tomarem conhecimento ou sofrerem com alguma conduta que configure descumprimento às orientações deste Código deverão comunicar ou denunciar o fato aos superiores hierárquicos, à Ouvidoria e/ou à Comissão de Ética da Codevasf, com a utilização dos seguintes canais:

I - Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>; e

II - Comissão de Ética da Codevasf: [etica@codevasf.gov.br](mailto:etica@codevasf.gov.br) ou pela intranet <http://srv122/etica/>.

Parágrafo único. Ao comunicante ou denunciante será assegurado a confidencialidade do fato relatado.

Art. 50. A Codevasf acolherá a comunicação ou denúncia de desvio de conduta ou de indícios de desvio de conduta feita de boa-fé, e não admitirá retaliações ou punições contra quaisquer pessoas que apresentem essa comunicação ou denúncia.

§1º Os empregados que causarem retaliações ou punições ao comunicante ou denunciante, se identificados, poderão sofrer sanção disciplinar.

§2º Qualquer pessoa física ou entidade regularmente constituída é parte legítima para formular denúncia sobre violações a este Código à Ouvidoria e/ou à Comissão de Ética da Codevasf.

### Seção II Do Tratamento das Denúncias

Art. 51. A Codevasf garantirá o anonimato do denunciante por prazo indeterminado e a confidencialidade do processo de investigação e de apuração de responsabilidades, até a publicação da decisão administrativa definitiva.

§1º Os processos instaurados para apuração de prática em desrespeito ao presente Código e às normas éticas serão considerados “reservados”, conforme legislação específica, até que sejam concluídos.

§2º A Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf, depois de concluído o processo apuratório, providenciará(ão) o desentranhamento dos documentos dos autos, mantendo-os lacrados e protegidos de forma a resguardar o devido sigilo.

§3º A qualquer pessoa que esteja sendo investigada será assegurado o direito de saber o que lhe está sendo imputado, de conhecer o teor da acusação e de ter vista aos autos, no recinto da Comissão de Ética da Codevasf, mesmo que ainda não tenha sido notificada da existência do procedimento investigatório, como também de obter cópia dos autos e de certidão do seu teor, ressalvado o disposto no artigo 52.

Art. 52. Ao denunciante, sempre que solicitado, será garantido o acesso restrito à sua identidade e às demais informações pessoais constantes das denúncias.

§1º Nos casos em que for adotado reserva de identidade, a Codevasf deverá encaminhar a denúncia aos órgãos de apuração sem o nome do denunciante.

§2º Nos casos de adoção de reserva de identidade em que a identificação do denunciante for indispensável à apuração dos fatos e houver justificativa formal, o nome do denunciante será encaminhado ao órgão de apuração, que ficará responsável por restringir o acesso à identidade do denunciante a terceiros.

§3º A restrição de acesso estabelecida no caput deste dispositivo não se aplica caso se configure denúncia caluniosa ou flagrante má-fé por parte do denunciante.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. O agente público da Codevasf poderá consultar a Comissão de Ética da Codevasf, em caso de dúvida quanto à aplicação deste Código e em situações que possam configurar desvio de conduta.

Art. 54. A Comissão de Ética da Codevasf será responsável por garantir a aplicação deste Código.

Art. 55. A Comissão de Ética da Codevasf deverá propor atualizações a este Código, a cada 3 (três) anos, devendo ser aprovado pelo Conselho de Administração da Codevasf – Consad.

Parágrafo único. Após a revisão do Código, deverá ser dada ampla publicidade aos empregados e demais agentes públicos e privados que mantêm relações de negócio com a Empresa.

Art. 56. Os agentes públicos da Codevasf deverão cumprir o estabelecido neste Código, consoante a assinatura do “Termo de Adesão ao Código de Ética e Integridade da Codevasf” - Anexo I, que poderá ser realizada eletronicamente, por meio de link disponibilizado na intranet da Codevasf no ato de posse, investidura em função pública ou celebração de contrato de trabalho, devendo a renovação do termo de ciência ocorrer a cada alteração deste Código.

§1º A posse em cargo ou função pública que submeta o agente público da Codevasf às normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal deverá ser precedida de consulta à Comissão de Ética Pública, acerca de alguma situação que possa suscitar conflito de interesses.

§2º A Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico – AA, com o auxílio da Comissão de Ética da Codevasf, adotará as medidas necessárias ao cumprimento do disposto no §2º.

Art. 57. A Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico – AA, com o auxílio da Comissão de Ética da Codevasf, será responsável pela promoção de treinamento, no mínimo uma vez ao ano, sobre o Código de Conduta Ética e Integridade para todos os agentes públicos da Codevasf, conforme disposto na legislação.

Art. 58. Os contratos, convênios e instrumentos congêneres conterão cláusulas específicas que imponham a obrigação aos contratados/convenientes e assemelhados de assinarem o “Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf” – Anexo II.

§1º O Termo previsto no caput deste artigo deverá ser anexado ao processo relativo ao instrumento firmado.

§2º Os termos aditivos dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, celebrados após a aprovação deste Código, deverão incluir cláusulas específicas que contenham as obrigações a que se refere o caput.

§3º O descumprimento deste Código por empregado de empresa contratada pela Codevasf deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da contratada.

Art. 59. Os editais de concursos ou de processos seletivos para contratação de empregados pela Codevasf deverão fazer expressa referência a este Código como conteúdo programático do concurso ou do processo seletivo.

Art. 60. No processo de ambientação de novos empregados, a Codevasf promoverá ampla divulgação deste Código.

Art. 61. Os processos de apuração de violações a este Código estão sujeitos à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e ao Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, quanto ao acesso das informações neles contidas, e observarão as formalidades exigidas pelo Decreto nº 6.029, de 1º fevereiro de 2007, e pela Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 62. O presente Código de Conduta Ética e Integridade entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Art. 63. As dúvidas de interpretação quanto ao mérito técnico e operacional serão dirimidas pela Comissão de Ética da Codevasf e pela Secretaria de Gestão de Integridade,

Riscos e Controles Internos – PR/SRC de acordo com a sua competência, quanto ao mérito redacional pela Área de Gestão Estratégica - AE e quanto ao mérito jurídico pela Assessoria Jurídica - PR/AJ.

Art. 64. Orientações técnicas quanto à condução do Programa e do Plano de Integridade da Codevasf poderão ser obtidas na Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos – PR/SRC.

Art. 65. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Ética de Codevasf.

**ANEXO I - Termo de Adesão ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf**

Nome do agente público:

Cargo/ Emprego/ Função:

Cadastro nº:

Área ou Superintendência Regional/Unidade de Lotação:

Declaro que li e estou ciente e de acordo com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e comprometo-me a respeitá-las e cumpri-las integralmente.

Compreendo que o presente Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o agente público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele. E, ainda, que seus atos, comportamentos e atitudes devem ser direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf, qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: [etica@codevasf.gov.br](mailto:etica@codevasf.gov.br) ou pela intranet: <http://srv122/etica/>.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância quanto ao cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta e Integridade da Codevasf.

Brasília, XX de XX 20XX.

Assinatura do agente público

Nome completo

## ANEXO II - Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Nº do Instrumento (contrato, convênio ou instrumento congênere):

Período de Vigência do Instrumento:

Finalidade do Instrumento:

A pessoa física/jurídica \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: [etica@codevasf.gov.br](mailto:etica@codevasf.gov.br) ou pela intranet: <http://srv122/etica/>.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do responsável/representante legal

Nome completo: XXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XX.XXX.XXX-XX

Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX